

## APRESENTAÇÃO

Na perspectiva da construção da Escola Pública Popular, a Secretaria da Educação do Município de São Paulo vem dando especial atenção à Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores, preocupando-se em repensar tanto o ensino regular quanto o ensino supletivo.

A Suplência I exigiu durante os anos de 1989 e 1990 uma concentração de esforços por parte de todos nós, em função da passagem do Programa de Educação de Adultos da Secretaria do Bem Estar Social para SME. A incorporação deste programa significou não apenas uma ação administrativa, mas sobretudo uma medida político-pedagógica baseada numa visão de educação global e transformadora, defendida pelos educadores progressistas, cujos princípios incluem:

- o reconhecimento do direito do Ensino Fundamental aos jovens e adultos trabalhadores;
- a convicção de que a garantia de oportunidades educacionais para todos os cidadãos é dever do Estado;
- o fim das redes paralelas de ensino;
- a melhoria da qualidade de ensino;
- a melhoria das condições profissionais

do educador de jovens e adultos.

Também tendo por base esses mesmos princípios, a atual administração no início de 1989, tomou uma decisão importante em relação à Suplência II: a extinção das Escolas Municipais de Educação Supletiva (EMEs) com a incorporação das classes de Suplência II às EMPGs. Medida essa acompanhada por uma ampliação do número de classes, na ordem de 37,68% em relação ao existente em 1988. Esse esforço de ampliação perdurou no ano de 1990 e significou um aumento considerável no número de classes tanto de Suplência I como de Suplência II.

Mas isso ainda é pouco. São necessárias transformações profundas no Ensino Noturno de 1º Grau (regular e supletivo), na medida em que a sua própria existência demonstra que a sociedade não é democrática, já que impõe a uma parcela considerável da população a condição de só poder estudar após uma jornada estafante de trabalho. O Ensino Noturno deve ser o pagamento da dívida social que o Estado tem com a população. Essa dívida deve ser bem paga e não pode ser simplesmente a reprodução condensada do ensino regular e nem pode significar somente a reposição da escolaridade perdida.

A reorientação curricular do Ensino No-

turno para jovens e adultos deve caminhar na construção de uma escola para o trabalhador - aluno que não ignore suas condições concretas de vida: jornadas estafantes de trabalho, agravadas por desgastantes períodos de locomoção; salários insuficientes para suprir suas necessidades básicas; o sub-emprego como única alternativa para um contingente muito grande e a grande instabilidade do mercado de trabalho provocando o desemprego.

Nesta escola, o mundo do trabalho deve estar presente através da organização, sistematização e reflexão dos "saberes" trazidos pelos educandos e de sua reinvenção através de uma rede múltipla de interações com diversas fontes de conhecimento elaborado.

Deve ser mais dinâmica e flexível, desenvolvendo processos pedagógicos adequados às peculiaridades do jovem e do adulto trabalhador. Só assim ela poderá contribuir para uma prática social transformadora onde o verdadeiro exercício da cidadania se faça presente.

"Para assumir a hegemonia, o povo precisa de uma educação de qualidade, precisa munir-se de instrumentais, apropriar-se dos conhecimentos, métodos e técnicas hoje restritos a uma minoria privilegiada.

Implica a apropriação sistemática, significativa e crítica das teorias, técnicas profissionais, leitura, escrita, contas. Mais ainda, implica apropriar-se dos métodos de aquisição, produção e divulgação do conhecimento: pesquisar, discutir, debater com argumentações precisas, utilizar os mais variados meios de expressão, comunicação e arte". (in Caderno nº 2 MOVA/SP)

A reorientação curricular deve incluir também ações que possibilitam ao educador a reflexão sobre sua prática e a reconstrução permanente desse "fazer pedagógico" no sentido de torná-lo um instrumento facilitador da construção dessa escola democrática e popular.

É neste contexto que entendemos uma proposta de oficina pedagógica como mais uma estratégia para o processo de formação permanente são momentos onde os participantes, através de um fazer coletivo constroem novos conhecimentos confrontando o já conhecido com o novo que está em gestação.

Esse fazer coletivo pode se dedicar à construção de material pedagógico, material didático, registro de práticas pedagógicas avançadas etc. Certamente, o produto resultante é importante. No entanto, mais importante é o processo coletivo de criação do qual o produto é

parte integrante. É nele que os sujeitos se desenvolvem enquanto seres criadores e participantes críticos.

DOT-EDA

